

# A qualidade do consenso

EM boa hora, atendendo ao desejo do País, expresso em editoriais do GLOBO, a direção política da Constituinte decidiu dilatar o prazo da entrega de emendas ao projeto básico ou de referência, apresentado pelo relator Bernardo Cabral. Este, por sua vez, como já pleiteara, obtém mais tempo para examinar as emendas.

A NOSSA sugestão foi acolhida: o cronograma da Comissão de Sistematização, hoje convertida de fato em Comissão Constitucional, foi alterado exatamente porque ela mudou de caráter. Assumiu a responsabilidade e a atribuição maior de examinar e decidir sobre o mérito das questões propostas pelo projeto. Ficou para trás a tarefa inicial de compatibilizar contribuições vindas de baixo para cima.

NA tarefa de obter acordos, e antes de decisões por conflito em plenário, impunha-se tomar consciência de que o locus certo dos entendimentos precisava ser a Comissão Constitucional. A solução das discordâncias

terá o lugar natural do plenário.

AO optar pela qualidade do texto, moderando a velocidade do processo constituinte, a liderança política da Assembléia reconheceu a mudança do caráter da Comissão e tomou consciência da identidade dos conceitos de consenso e de qualidade.

UM texto constitucional de consenso reduzido não teria qualidade, ainda que muito bem formulado juridicamente. A qualidade da Carta se evidenciará pelo grau de consenso nela contido. Não possui qualidade constitucional uma Carta assinalada por votações em plenário representativas de discórdias e dissensões não sanadas pelas lideranças políticas.

ORA, as taxas de discórdias ainda registram níveis elevados nos domínios principais da forma de governo (processo decisório-legislativo), da distribuição de renda nacional e da receita pública, bem assim da conciliação entre o direito indivi-

dual de propriedade e o direito social de não ser excluído da propriedade.

GRANDE seria a imprudência de chegarmos às decisões de plenário sem acordos majoritários bem firmados nas áreas antes citadas, só para obedecer aos ponteiros do cronograma fixado para a Comissão Constitucional, presidida pelo Senador Afonso Arinos.

A QUALIDADE do consenso demandará tempo. Sacrifiquemos a pressa em favor do essencial, a qualidade. Um texto constitucional que saiba consagrar o ótimo razoável, que respeite o possível sem perder de vista o dever ser, uma combinação de realismo conservador e de vontade ético-prescritiva, esta um fator não ignorável pelo próprio realismo político.

O TEMPO gasto nos entendimentos na Comissão terá a compensação das horas poupadas em discussões tumultuadas, penosas e obstruídas em plenário, no momento derradeiro da Assembléia Nacional Constituinte.

# Amato pede a constituintes que analisem o capital estrangeiro livres de preconceitos

BRASÍLIA — Ao defender ontem, na Assembléia Nacional Constituinte, a emenda popular apresentada pela Federação das Indústrias, Federação do Comércio e Centro do Estado de São Paulo, o Presidente da Fiesp, Mário Amato, não apenas ressaltou a necessidade de garantir a liberdade para a economia de mercado e a iniciativa privada, como também pediu uma reflexão dos constituintes sobre a questão do capital estrangeiro, que, em sua opinião, "exige detida análise, sem preconceitos nem sentimento xenofobo".

— O nosso processo de industrialização foi marcado, desde o início, pela associação entre o capital nacional privado e público com o estrangeiro, sem problemas de maior profundidade — lembrou Mário Amato.

Ele também alertou para a necessidade de eliminação da ineficiência



Amato defende emenda na tribuna

do setor público, que teve a sua expansão "até aqui avassaladora". Por esse motivo, a emenda apresentada pelos empresários paulistas disciplina o poder de interferência do Esta-

do, "reduzindo a sua participação na economia, onde exerce, não raro, o papel de concorrente privilegiado da empresa privada".

O empresário Mário Amato afirmou ainda que hoje consolida-se a compreensão de que o empresário "não deve cogitar apenas dos direitos do capital, mas igualmente da justa remuneração do trabalho". Para ele, deve ser assegurado ao trabalhador um salário justo, que respeite a dignidade humana.

— O embate entre empregador e empregado deve basear-se cada vez mais no diálogo franco, com regras definidas, balizando um comportamento ético e profissional que resulte, em prazo relativamente curto, numa melhoria substancial nas relações de trabalho, além do respeito mútuo às leis, decisões judiciais aos acordos — declarou o Presidente da Fiesp, na Constituinte.

Por fim, o representante dos empresários paulistas pediu que a nova ordem institucionalizada "corrija e discipline o poder tutelar do Estado sobre a sociedade", dando mais poder de controle à própria sociedade sobre o Estado.

# Arinos: Sem desarmamento de espíritos não se fará a nova Carta

Foto de Gustavo Miranda

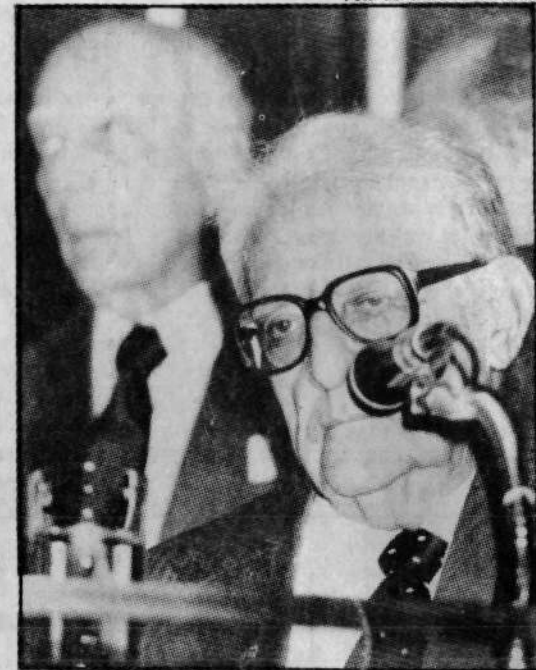
BRASÍLIA — O Presidente da Comissão de Sistematização da Constituinte, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ), num gesto inédito, convocou um parlamentar a falar, durante a sessão de debates de emendas populares, sobre a reforma agrária, para que fossem ouvidos os dois lados da questão. Depois, foi aplaudido pelo plenário e galerias, ao fazer um apelo em favor do entendimento e do desarmamento dos espíritos, advertindo que, de outra forma, não se fará a nova Constituição.

A reforma agrária foi defendida pelo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), José Francisco da Silva, que pediu o condicionamento do direito de propriedade ao preenchimento da função social da terra. Ele foi cumprimentado por vários parlamentares, a começar do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, que lembrou o fato de a Convenção Nacional do seu partido ter aprovado, por grande maioria, posições a favor da imissão imediata de posse e da desapropriação dos imóveis que não cumprissem função social.

Afonso Arinos chamou então para falar o Deputado Roberto Cardoso Alves, um dos líderes do "grupo moderado" do PMDB, para que sua opinião, contrária à dos oradores que o precederam, fosse também ouvida. Cardoso Alves reagiu às acusações de que os proprietários estão expulsando e matando agricultores sem terra, e afirmou que "a terra produtiva é um santuário intocável". Sua intervenção foi interrompida mais de uma vez pelas vaias de trabalhadores rurais que ocupavam as galerias.

Dirigindo-se ao público, Afonso Arinos disse que para os parlamentares a negociação é o item mais importante, e por isso ficara muito satisfeito ao ouvir de Cardoso Alves que estava aberto ao diálogo, especialmente porque se trata de constituinte que pertence "à ala mais conservadora da Assembléia Constituinte". Pediu às galerias que compreendessem a necessidade da negociação e fez uma advertência.

— Se não tivermos um entendimento, nós não faremos a Constituição, não cumprimos com nossa obrigação — disse, recebendo aplausos.



Arinos discursa no plenário. Ao fundo, Ulysses

Falou também a favor da reforma agrária o Deputado estadual do Pará Valdir Ganzer, em nome da CUT e CPT. Apresentou números sobre o crescimento da violência no campo: de 1964 a 1985, 1.123 trabalhadores rurais foram assassinados em conflitos de terra, e somente na Nova República — de 1986 ao primeiro semestre deste ano — já foram mortos 691, de acordo com esses dados.

Os proprietários foram representados pelo Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Teles de Menezes, que apresentou proposta no sentido de tornar-se inviolável o direito de propriedade, a não ser no caso de terras inexploradas, e defendeu a "implantação de política agrícola plurianual, que resguarde a situação dos produtores".

A sessão de ontem da Comissão de Sistematização teve também a presença do Presidente da ABI, jornalista Barbosa Lima Sobrinho, que discursou em nome dos subscritores da emenda popular pela preservação do monopólio estatal do petróleo. Muito aplaudido, inclusive por Ulysses Guimarães, ele sustentou que os contratos de risco devem ser rigorosamente proibidos, "porque são ineficientes do ponto de vista técnico e danosos politicamente". Alinhou dados segundo os quais, desde sua instalação em 1975, as empresas multinacionais investiram na pesquisa e lavra de petróleo apenas 2 por cento do total gasto — o resto foi por conta da Petrobrás — "demonstrando, assim, sua inoperância".

# Grupos desistem de tentar acordo sobre o principal

BRASÍLIA — As lideranças dos dois grupos empenhados na busca do consenso para o anteprojeto de Constituição — o dos "32" e o "Interpartidário" — formalizam em reunião hoje pela manhã a impossibilidade de entendimento acerca dos principais assuntos em discussão. Os grupos, liderados respectivamente pelo Senador José Richa (PMDB-PR) e o Vice-Líder do PMDB, Deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), não conseguiram fechar acordo sobre reforma agrária, Poder Judiciário, ordem social e comunicação, conceito de empresa nacional e voto distrital. Os grupos não chegaram a discutir sistema de governo e mandato do atual Presidente.

Segundo o Senador Virgílio Távora (PDS-CE), que participou dos dois grupos, sobre estes dois temas e a reforma agrária não há possibilidade de entendimento sequer dentro de cada grupo. Com relação à anistia, ficou decidido incorporar ao trabalho, como consensual, a fórmula proposta pelo Senador José Agripino Maia (PFL-RN) — negociada por ele e pelo Senador José Richa com os setores militares e que não abrange os marinheiros punidos. O pagamento dos vencimentos será efetuado a partir da promulgação da Constituição, sem efeito retroativo.

No tema ordem social, segundo Virgílio Távora, os grupos não conseguiram se entender acerca dos direitos dos trabalhadores. E a imissão de posse do imóvel desapropriado continua sendo o ponto de divergência na questão agrária, único ponto do capítulo da ordem econômica que ficou fora do consenso.

De acordo com o Deputado Konder Reis (PDS-RS), do "Grupo dos 32", não houve consenso sobre o Poder Judiciário por causa da insistência do "Grupo Interpartidário" em criar a chamada Corte ou Tribunal Constitucional.

Nas emendas que vai apresentar para o capítulo do sistema tributário, o "Grupo dos 32" vai propor a transformação do Finsocial em imposto, destinado à aplicação nos setores sociais, que figuraria como receita da União. Virgílio Távora negociou, pessoalmente, esta proposta com o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, e com o Relator Bernardo Cabral e afirmou estar quase certo de que será acatada no segundo anteprojeto.